



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS VI
LETRAS, LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS

Ana Maria Santos Batista

**DISCURSIVIDADES DO TRABALHO DOMÉSTICO NA OBRA
FICCIONAL *QUE HORAS ELA VOLTA?***

**Caetité
Março de 2023**

Ana Maria Santos Batista

**DISCURSIVIDADES DO TRABALHO DOMÉSTICO NA OBRA
FICCIONAL *QUE HORAS ELA VOLTA?***

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Ciências
Humanas-DCH *Campus VI* da
Universidade do Estado da Bahia – UNEB,
como requisito parcial para obtenção do
grau de Licenciatura em Letras, Língua
Portuguesa e Literaturas.

Prof^a. Dr^a. Orientadora:
Mirian Ribeiro de Oliveira.

Caetité
Março de 2023

ANA MARIA SANTOS BATISTA

**DISCURSIVIDADES DO TRABALHO DOMÉSTICO NA OBRA
FICCIONAL *QUE HORAS ELA VOLTA?***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Humanas-DCH *Campus VI* da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas.

Prof^a. Dr^a. Orientadora:
Mirian Ribeiro de Oliveira.

Aprovado em: _____ de _____ de 2023

Banca Examinadora

Orientadora: Profa. Dra. Mirian Ribeiro de Oliveira (UNEB – *Campus VI*)

Profa. Dra. Sidnay Fernandes dos Santos (UNEB – *Campus VI*)

Profa. Me. Valquíria Dias de Almeida (UNEB – *Campus VI*)

Até que os leões tenham seus próprios historiadores,
as histórias de caça sempre glorificarão o caçador.

(Provérbio africano)

AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder saúde, paciência e, acima de tudo, força para superar as dificuldades encontradas na caminhada

Aos meus pais pelo apoio incondicional

Aos meus oito irmãos queridos e amados, pelo carinho e incentivo

À minha orientadora, e aos demais professores pelos ensinamentos que tanto contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional.

RESUMO: Este estudo é resultante da constante observação acerca das relações desiguais entre patrão e trabalhadora doméstica, construídas no ambiente de convivência laboral. No Brasil, vivemos um momento em que os menos favorecidos são relegados a planos secundários no que diz respeito ao mundo do trabalho e, conseqüentemente, representações imaginário-simbólicas são construídas de maneira pejorativa e carregadas de um estigma de inferioridade, contribuindo para reforçar o preconceito e a constante desvalorização da categoria. Nesse sentido, esta pesquisa propõe-se a investigação das projeções cristalizadas no imaginário social a partir da relação patrão/empregada, inferindo-se como hipótese a ideia de que as representações que perpassam o imaginário simbólico acerca do trabalho doméstico são projeções subalternizadas, ainda presas à colonialidade. Servirão como foco de nossa análise, alguns recortes discursivos da obra ficcional *Que Horas Ela Volta?* (2015) os quais serão analisados à luz do dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso. Os recortes para análise não perderão de vista enunciados que tratam de projeções imaginário-simbólicas (PÉCHEUX, 1997); (ORLANDI, 2020); os sentidos do Trabalho (Antunes, 2002) e condição subalterna (BERNARDINO-COSTA, 2007). Espera-se com esta pesquisa, evidenciar a real condição vivida por empregadas domésticas no âmbito de seu trabalho, uma vez que ainda predomina o preconceito de classes. O estudo desenvolvido torna-se relevante para o campo de saber central ao qual se destina, o das Letras, visto que está ancorado nos pressupostos linguístico-discursivos, permitindo-nos um contato direto com o estudo da língua e de suas maneiras de significar. É pertinente, também, por possibilitar o início de uma dialogicidade com o campo das Ciências Humanas e sociais, fazendo-se necessário, portanto, ir na contramão das formas de representação midiática, pautadas na invisibilidade da empregada doméstica na sociedade.

Palavras-chave: Trabalhadora Doméstica; Subalternidade; Discurso; Projeções Imaginárias.

ABSTRACT: This study is the result of the constant observation about the unequal relations between employer and domestic worker, built in the work environment. In Brazil, we live in a moment in which the less favored are relegated to secondary levels in relation to the world of work and, consequently, imaginary-symbolic representations are built in a pejorative way and loaded with a stigma of inferiority, contributing to reinforce prejudice and the constant devaluation of the category. In this sense, this research proposes to investigate the projections crystallized in the social imaginary based on the employer/employee relationship, inferring as a hypothesis the idea that the representations that permeate the symbolic imaginary about domestic work are subalternized projections, still attached to coloniality. We will focus our analysis on some discursive clippings from the fictional work *Que Horas Ela Volta?* (2015), which will be analyzed in the light of the theoretical and methodological device of Discourse Analysis. The clippings for analysis will not lose sight of statements that deal with imaginary-symbolic projections (PÊCHEUX, 1997); (ORLANDI, 2020); the senses of Labor (Antunes, 2002) and subaltern condition (BERNARDINO-COSTA, 2010). This research is expected to show the real condition experienced by domestic workers in the context of their work, since class prejudice still prevails. The study developed becomes relevant to the central field of knowledge to which it is intended, the field of Letters, since it is anchored in the linguistic-discursive assumptions, allowing us a direct contact with the study of language and its ways of meaning. It is also pertinent because it enables the beginning of a dialogue with the field of Human and Social Sciences, making it necessary, therefore, to go against the forms of media representation, based on the invisibility of domestic workers in society.

Keywords: Domestic Workers; Subalternity; Discourse; Imaginary Projections.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
QHEV	Que Horas Ela Volta?
SD	Sequência Discursiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1.1 METODOLOGIA.....	12
2. CONDIÇÕES HISTÓRICO-POLÍTICAS DO DISCURSO PECHEUTIANO	14
2.1 Introdução a teoria do discurso	16
3. CONDIÇÕES HISTÓRICO-POLÍTICAS DO DISCURSO DOMÉSTICO	22
3.1 A categoria Trabalho	22
3.2 Historicidade do emprego doméstico	29
4. PROJEÇÕES IMAGINÁRIAS E REPRESENTAÇÃO SOCIAL	38
4.1 A empregada doméstica no imaginário social	38
4.2 A imagem de <i>subalternidade</i> projetada à trabalhadora doméstica.....	41
CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS	50
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

A partir de um observar crítico das relações de trabalho doméstico que vêm sendo construídas ao longo do tempo em nossa sociedade, é possível perceber algumas disparidades imbricadas nessa atividade laboral. No Brasil, vivemos um momento em que os menos favorecidos são relegados a planos secundários no que diz respeito ao mundo do trabalho e, conseqüentemente, representações imaginário-simbólicas são construídas de maneira pejorativa e antiética, reforçando o preconceito àqueles que se encontram submissos diante das relações de poder.

Souza (2017), afirma que fazemos parte de uma construção social que tem como base, a escravidão; perpetua-se por décadas a sub-humanidade pautada na reprodução da crença de que existe gente para servir outra gente. Concomitante a este pensamento, Teixeira (2021) nos mostra em seu estudo que ainda nos dias atuais é possível vermos trabalhadoras domésticas tratadas sob a conotação simbólica da criada.

Um breve levantamento dos últimos dados apresentados pela OIT Brasil (Organização Internacional do Trabalho), mostra que o trabalho doméstico continua sendo um setor dominado pela presença feminina, empregando 57,7 milhões de mulheres, que representam 76,2% das pessoas com esta ocupação. (OIT Brasil, 2021).

Além destes, há outros números que revelam a não equiparação de direitos entre esta categoria e outras formas de ocupação, assim, segundo a OIT, em 2006 somente 27,8% de trabalhadores domésticos tinham carteira assinada; já 75,6% das mulheres negras e 69,6% das mulheres não negras trabalhadoras domésticas, não tinham registro profissional (OIT Brasil, 2008).

Os dados apresentados tornam-se significativos a esta pesquisa, os quais serão analisados à luz de teorias linguístico-discursivas, pois, no cotidiano teledramatúrgico (novelas, filmes etc.) aparecem como figurativos, na maioria das vezes tendenciosos aos interesses hegemônicos.

É partindo desse contexto que surge o fenômeno de estudo desta pesquisa, na qual se propõe a investigar as projeções cristalizadas no imaginário social a partir da

relação desigual entre patrão e doméstica. Servirão como foco de nossa análise, alguns recortes discursivos da obra ficcional *Que Horas Ela Volta?* (2015).

Dirigido pela cineasta paulistana Anna Muylaert, o longa metragem retrata o cotidiano de uma empregada doméstica nordestina em São Paulo. O filme aborda questões que se apresentam como relevantes para investigação, pois a observação do modo como são construídas as relações entre patroa e empregada doméstica através da obra, permitiu-nos levantar a problematização que guiará esta pesquisa, a saber: *Que Projeções imaginário simbólicas podem ser percebidas nas relações estabelecidas no trabalho doméstico entre patrão e empregada?*

Essa problemática advém da análise voltada para o papel destinado à empregada doméstica no discurso fílmico, o qual representa sempre uma mesma perspectiva de classe: ou é a aliada afetuosa, que acima de quaisquer circunstâncias estão disponíveis para servir aos patrões; ou, é a fofqueira inconveniente. Acreditando que esse tipo de representação, legitima e naturaliza um comportamento entendido como subalterno, esta pesquisa, apresenta, ainda, a hipótese de que as representações que perpassam o imaginário simbólico acerca do trabalho doméstico são projeções subalternizadas, ainda presas às amarras da colonialidade.

Considerando os elementos apresentados, este estudo fundamenta-se teoricamente nas proposições de Pêcheux (1969), Henry (1969), Gadet (*et.al* 1969), discutidos por Orlandi (2020), Narzetti (2007) e Cherques (2006). Vale lembrar que o conceito de condições de produção do discurso se torna crucial à pesquisa, visto que precisamos entender a construção histórico-política das discursividades enunciativas entre patrão e empregada, especialmente aquelas que se reportam a posturas que secundarizam os discursos da empregada e do trabalho doméstico a que se submete.

Para tanto, além desta introdução e considerações finais, o estudo conta com mais três capítulos, organizados conforme o seguimento metodológico coerente ao entendimento da proposta. No segundo capítulo, as discussões pautaram-se na construção teórico-metodológica do campo de estudo considerado elementar a estas investigações, bem como os percursos subversivos da AD em sua visada política e histórica, os começos não lineares de Pêcheux (1988) e seus enfrentamentos ideológicos. Na síntese, a intenção é apresentar um breve panorama histórico de formação da AD.

O terceiro capítulo procura abordar as condições históricas do discurso doméstico perpassando pelas concepções acerca do seu aparecimento evidenciando a abrangência da ocupação feminina e supremacia da mulher negra, como principais características desta categoria. Para esta abordagem, são imprescindíveis as contribuições de Teixeira (2021), Brites (2013) e Jordão (2011).

A propósito dessa discussão, tomamos como ponto de partida as perspectivas sobre os sentidos do trabalho em Ricardo Antunes (2002). O autor trata sobre a *classe-que-vive-do trabalho*, podendo ser compreendida como a classe trabalhadora atual que vive da renda de sua força produtiva e são assalariados.

No que se refere ao quarto capítulo, objetivou-se tratar sobre as projeções imaginárias buscando compreender como os enunciados constroem no imaginário social, uma projeção preconceituosa. Além disso, as materialidades extraídas e analisadas marcam a representação de um grupo subalterno, excluído das relações sociais.

Considerando esses aspectos, faz-se imprescindível relevante trazer para essa discussão, o pensamento de Bernardino-Costa (2007), o qual considera que um dos fatores que contribuem para a subalternidade de um grupo, pode estar ligado ao gênero e raça. Isso explica o porquê das mulheres, em sua maioria mulheres negras, mais especificamente a categoria das trabalhadoras domésticas, ainda receberem salários desiguais, e, conseqüentemente, se tornarem um grupo à margem da sociedade.

Quanto às considerações finais, estima-se que o trabalho desenvolvido possa se tornar relevante para o campo de saber central ao qual se destina: o das Letras. Isto porque, os procedimentos metodológicos utilizados para seu desenvolvimento, ancoram-se em um dos dispositivos teórico-metodológicos que mais se tem difundido na atualidade que é da Análise do Discurso, de linha francesa, a qual nos permite um contato direto com o estudo da língua e de suas maneiras de significar, sem deixar de levar em conta a relação entre linguagem e a sua exterioridade.

Espera-se que esta pesquisa contribua não só para a discussão e reflexão acerca do real reconhecimento da categoria das trabalhadoras domésticas como essencial para o funcionamento deste país, como também à dialogicidade com o campo das Ciências Humanas e sociais, extremamente necessária ao entendimento

das formas controversas de representação midiática, pautadas na invisibilidade da empregada doméstica na sociedade.

1.1 METODOLOGIA

Este estudo, utiliza-se do dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso desenvolvido pelo filósofo francês Michel Pêcheux, o qual defende veementemente uma não transparência da linguagem visto que tanto esta, quanto os sujeitos, estão diretamente afetados pela história, pela ideologia e pela memória, constituindo-se essenciais para a produção de sentidos.

No Brasil, a AD é desenvolvida por Eni Orlandi tendo como influência teórica a linha pecheutiana. Segundo o que postula a autora, a Análise de Discurso não visa apenas o estudo da língua em sua forma abstrata, mas como ela está interligada “com as maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade”. (ORLANDI, 2020, p.14).

Dessa maneira, percebendo o discurso como um objeto sócio-histórico, o analista passa a levar em conta a relação entre a linguagem e a sua exterioridade. A autora refere-se ao método analítico como um dispositivo que visa a compreensão de um objeto simbólico e sua produção de sentidos. Ressalta ainda, que a interpretação, está implícita na construção do dispositivo teórico da Análise do Discurso, uma vez que, para compreender o processo de produção de sentidos é necessário perceber como as interpretações funcionam. Partindo desse pressuposto, esta pesquisa pauta-se em uma abordagem de cunho qualitativo/descritivo que pretende recortar enunciados extraídos do filme *Que Horas Ela Volta?* os quais constituirão o *corpus* de nossa análise.

A constituição do *corpus* é um dos pontos principais a ser considerada dentro da análise; construção do *corpus* e análise estão diretamente ligados, e, como pondera Orlandi (2020) decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca das propriedades discursivas: “(...) a análise do discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho”. (ORLANDI, 2020, p.65).

Os enunciados coletados para análise, levarão em conta alguns recortes teóricos da análise do discurso, como: projeções imaginário-simbólicas e condições de produção. Na visão de Orlandi (2020, p.25) “o que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise”. Isto posto, saber o que implicam e constituem as condições de produção é essencial para compreensão da pesquisa. A princípio, segundo a abordagem pecheutiana, em um sentido amplo, trata-se do discurso sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas. Assim, não é possível analisar um discurso sem atentar-se aos discursos outros.

As condições de produção referem-se, ainda, ao contexto em que o discurso foi construído, podendo ser um contexto sócio-histórico e ideológico. Segundo o pressuposto teórico de Orlandi (2020), “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras” (ORLANDI, 2020, p.30)

Quanto às noções acerca das projeções imaginárias, Orlandi (2020) sintetiza a teoria formulada por Pêcheux (1969), explanando que o mecanismo imaginário produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. São essas relações de interlocução que fazem funcionar os processos discursivos resultando nas formações imaginárias.

Ademais, para o alcance de resultados, bem como a compreensão sobre o debate do problema em questão, inserem-se nos processos metodológicos, a seleção de material de apoio, textos referentes ao fenômeno de estudo, discussão e destaque dos conceitos.

Compete dizer, ainda, que, por uma questão metodológica, as análises foram feitas no decorrer do texto, visto que concordamos com Orlandi (2020) em não dissociar os dispositivos teórico e analista. O primeiro se refere à teoria que sustenta a pesquisa; o segundo ao olhar interpretativo do analista respectivamente.

2. CONDIÇÕES HISTÓRICO-POLÍTICAS DO DISCURSO PECHEUTIANO

Interessa-nos, neste capítulo, entender o percurso histórico da Análise do Discurso, compreendendo algumas noções e o surgimento desse campo de estudo, bem como os desdobramentos feitos por outros autores. Diante disso, as discussões empreendidas aqui, serão nodais para compreender os conceitos que permearão todo estudo que se seguirá, não perdendo de vista nossa linha principal de abordagem, a pecheutiana.

Conforme afirma Narzetti (2007), a Análise do Discurso surgiu de modo independente, isto é, desvinculada de qualquer departamento universitário. Michel Pêcheux (1938-1983), notório filósofo francês e precursor da teoria, não pertencia a nenhuma universidade, tendo elaborado a disciplina sem vínculo a qualquer instituição, apenas com contribuições advindas de linguistas, matemáticos e psicólogos.

A princípio, faz-se necessário o conhecimento sobre as filiações teóricas as quais se tornaram basilares para os estudos em torno da AD. Assim, conforme Orlandi, é no contexto dos anos 60 que se centra a Análise do Discurso francesa, constituindo-se como uma disciplina de confluência, já que resulta segundo Pêcheux e Fuchs (2014, p.160), da articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que essas três regiões são de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

É nessa articulação que reside a AD, responsável, dentre outros aspectos, por conhecer o caráter histórico da linguagem, bem como questões inerentes ao próprio fazer linguístico. A relação entre a Análise do Discurso e esses três domínios disciplinares representou sobretudo, uma ruptura com o século XIX, pois discutiam questões de relevância para a área da linguagem.

De um lado, a Linguística aparece como uma afirmação da não-transparência da linguagem, esta, tem seu objeto próprio, a língua, que, por conseguinte, tem sua ordem própria. Com isso, é importante considerar segundo a AD que

linguagem/mundo/pensamento não formam uma relação unívoca, cada um tem sua especificidade.

Por outro lado, as pressuposições da AD se situam no legado do materialismo histórico. Isso significa dizer, segundo Orlandi (2020, p.17) que “há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente”. Depreende-se disso que, Língua e História são indissociáveis e funcionam juntos para a produção de sentidos; são concomitantemente, a ordem e a organização.

Nesta perspectiva, Orlandi (2020), ressalta que o objeto da análise do discurso, é a ordem da língua. Contudo, é necessário pensarmos neste conceito não somente relacionando-o à linguística (sob o modo de regras) ou à organização social (classe, grupo etc), tampouco, a simples relação entre sujeito e predicado, mais do que isso, o que deve ser considerado na ordem da língua é como essa organização sintática pode revelar a compreensão dos mecanismos de produção de sentidos linguístico-históricos que aí funcionam, enquanto ordem significante.

Para reforçar esta posição, Orlandi diz ainda que:

Nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não como uma estrutura, mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. Aí entra então a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história. (ORLANDI, 2020, p. 17).

Em conformidade à premissa da autora, temos a Análise do Discurso configurando-se como herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo - de modo não subserviente a estas, trabalha, então, a noção de discurso, não deixando reduzir-se ao objeto da Linguística, nem se absorver da Teoria Marxista, tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise.

Correlacionam-se, assim, de maneira que

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2020, p. 18-19).

Neste sentido, a AD, trabalhando na confluência desses campos de conhecimento, produz um novo recorte de disciplinas, as quais constituem um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto, este objeto é o *discurso*. Nesse sentido, Françoise Gadet (*et.al* 1969), afirma que a perspectiva de Michel Pêcheux em referência a língua pautava-se nas contribuições de alguns estudiosos do assunto em meados dos anos sessenta. É a partir das proposições teóricas e filosóficas de autores como Saussure, Jakobson, Chomsky etc. que o estudioso francês começa a delinear o conceito de discurso.

As noções saussurianas eram observadas por Pêcheux com uma certa familiaridade. Ele reconhecia a importância de se tratar sobre o funcionamento das línguas, entendendo que o traço fundamental prezado por Saussure na Linguística moderna estava pautado na língua como um sistema, tendo como fio condutor a oposição língua/fala. Parte daí o interesse em refletir sobre o polo da dicotomia, posta em segundo plano pelo linguista: a fala.

À vista disso, Pêcheux (1969) revela uma inconformidade ao pensar sobre essa dicotomia, pois, para ele, é inadequado explicar o funcionamento linguístico pela referência a um sistema universal de regras, assim como é errado pensar um sujeito livre na base de toda atividade linguística. Desse modo, a oposição língua/fala, como explanado por Gadet (*et.al* 1969, p.40) “não poderia se incumbir da problemática do discurso”.

A propósito disso, vale citar Scotta (2006, p.10) que se torna pertinente a essa discussão, ao trazer o entendimento de que a oposição entre o universal e o individual estabelecida por Saussure não se sustenta, vai levar Pêcheux (1997, p.74) a propor um nível intermediário entre a singularidade individual e a universalidade. É nesse cenário que se situaria o *discurso*, permitindo ser estudado enquanto um conjunto de mecanismos formais responsáveis pela sua produção (processos de produção) e com referência às condições de produção.

2.1 Introdução a teoria do discurso

Segundo Paul Henry (1969), Pêcheux estava disposto a adentrar no campo das ciências sociais e, em particular, da psicologia social, através de uma abordagem teórica e científica. Apoiava-se, então, primeiramente, no movimento que se encontrava

em alta no fim da década de sessenta: o Estruturalismo. Esse movimento filosófico, segundo Cherques (2006) é uma

construção teórica iniciada pelo etnólogo Claude Lévi-Strauss. A partir das suas postulações, o entendimento estruturalista ganhou corpo e se desdobrou em dois planos. O primeiro fundamentou uma das correntes filosóficas que animaram a segunda metade do século XX. O segundo irradiou sua epistemologia para os mais diversos campos das ciências humanas e sociais. (...) enquanto método, processo organizado, lógico e sistemático de pesquisa das ciências humanas e das ciências sociais, o estruturalismo tem fortuna variada. Em alguns ramos, como o da psicologia, o da linguística e o da crítica, ocupa um papel central. Em outros, ou bem foi absorvido pelas linhas metodológicas posteriores ou foi incorporado apenas fragmentariamente. (CHERQUES, 2006, p.138).

O que interessava a Pêcheux no Estruturalismo eram aspectos que supunham uma atitude não-reducionista no que se refere a linguagem. O objetivo do filósofo francês ao desenvolver a obra *análise automática do discurso*, era fornecer às ciências sociais um instrumento científico que servisse de base para as práticas científicas e que não se configurasse como algo desvencilhado da teoria ou apenas uma aplicação desta.

Ele se convenciu disso observando que, para que as práticas científicas pudessem ser eficazes, seria necessária a utilização de instrumentos, fossem eles materiais ou abstratos. O que se concebia como seu instrumento científico dentro da linguística, era, então, o sistema de *análise automática do discurso* (AAD-69). Ademais, contrapondo-se ao modo tradicional da filosofia abordar as ciências, dizia ele que “uma ciência é, antes de tudo, a ciência da ideologia (ou das ideologias) com as quais ela rompe”. (HENRY, 1969, p.18).

Afirmado isso, Henry (1969), nos traz a ideia levantada por Pêcheux de que as ciências sociais

desenvolveram-se principalmente, nas sociedades em que, de modo dominante, a prática política teve como objetivo transformar as relações sociais no seio da prática social de tal modo que a estrutura global desta última ficasse conservada. (...) estão no prolongamento direto das ideologias que se desenvolveram em contato estreito com a prática política. (HENRY, 1969, p.24).

Neste sentido, Pêcheux considera o *discurso* como o instrumento da prática política, ou mais especificamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social. Percebe-se

a partir dessa concepção, que é no *discurso* que estão amarradas as dissimetrias e as dissimilaridades entre os agentes do sistema de produção. Como exemplo, temos o discurso do trabalho doméstico que se configura, também, como lugar de tensão, conflitos gerados pelas dissimetrias presentes não distantes do discurso, mas nele mesmo, como assevera Pêcheux (2006).

Assim, compreendemos a motivação que levou Pêcheux a provocar uma ruptura no campo ideológico das ciências sociais, visto que escolheu o discurso e a análise do discurso como lugar preciso onde é possível intervir teoricamente (a teoria do discurso), e praticamente construir um dispositivo experimental (a análise automática do discurso).

A razão para justificar tal ruptura, advém da ligação existente entre a prática política e o discurso. Pêcheux se opõe a concepção da linguagem como apenas instrumento de comunicação de significação, ou apenas transmissora de informações. Essa teoria de linguagem é vista por ele como uma ideologia dominante, que tem como finalidade mascarar a ligação das ciências humanas e sociais com a prática política, obscurecer esta ligação e, ao mesmo tempo, colocar estas ciências no prolongamento das ciências naturais.

Concomitante a isso, Henry afirma que é preciso, então: “renunciar a concepção de linguagem como instrumento de comunicação. Isto não quer dizer que a linguagem não serve para comunicar, mas sim que este aspecto é somente a parte emersa do iceberg”. (1969, p. 27). E, para romper com a concepção referida, isto é, a concepção instrumental da linguagem, Pêcheux intervém empregando a visão de *discurso* como teoria, elaborando teoricamente, conceitualmente e empiricamente uma concepção original sobre este. Para isso, utilizou como orientação o Estruturalismo, movimento de importância considerável na França, o qual retomaremos neste momento, traçando algumas observações pertinentes.

De acordo com Henry (1969), ainda que não fosse considerado estruturalista, Pêcheux, juntamente com Foucault, Lacan e Althusser, estavam imersos no estruturalismo francês que fez da linguística, a ciência-piloto. Os estruturalistas tentaram definir seus métodos tendo como referência a linguística, transferindo conceitos pertencentes a esta para quase todos os domínios das ciências humanas e sociais.

A análise de qualquer fato cultural devia passar pela análise linguística. Lacan, por exemplo, se referiu a Saussure e Jakobson, baseando-se em elementos da concepção freudiana a qual se pauta na consciência como produtora da linguagem, entendendo a Psicanálise como disciplina que versa sobre a linguagem do inconsciente. Thiry-Cherques (2008), assevera com isso, que:

Para Lacan, o ser humano não é senhor do significante: a ordem que o constitui lhe escapa. O inconsciente, que não obedece à racionalidade do consciente, encontra-se estruturado como uma linguagem. Desta linguagem constam figuras retóricas como as metáforas (substituições de uma palavra por outra, correspondentes à 'condensação' psicanalítica) e as metonímias (as conexões entre palavras, correspondentes ao 'deslocamento'), que se constituem um imaginário. (THIRY-CHERQUES, 2008, p.6).

Desse modo, pode-se apontar que o inconsciente está estruturado como uma linguagem, assim como o sujeito está como ser de linguagem ou ser falante. A releitura feita por Pêcheux a partir das ideias de Althusser e Lacan tem como referência basilar a ideologia, indicando o sujeito enquanto efeito ideológico elementar.

Para Althusser: “é enquanto sujeito que qualquer pessoa é ‘interpelada’ a ocupar um lugar determinado no sistema de produção”. (HENRY, 1969, p. 30). Além disso, o autor reforça que tudo o que está atrelado ao modo de significar; de se comportar; a posição que assume o sujeito ao falar; a sua prática como ser social, estão sustentados por uma ideologia, em outras palavras, não há sujeito sem ideologia.

Pêcheux (1969), a partir da formulação de Althusser sobre ideologia, chega à representação do exterior da língua, propondo que a principal função da ideologia é fazer com que os agentes da produção reconheçam seu lugar nestas relações sociais de produção. Tal concepção pode ser evidenciada por meio da análise da SD5, recorte da obra fílmica *Que Horas Ela Volta?* O enunciado advém da cena em que a doméstica Val repreende a filha Jéssica por querer ocupar um lugar não seu, na casa a qual sua mãe trabalha:

SD1: Val: *Saia daí!*

SD2: Jéssica: *Tô comendo, peraí.*

SD3: Val: *Saia, Jéssica!*

SD4: Jéssica: *Tô comendo, Val, deixa eu terminar.*

SD5: Val: *Tu não pode sentar na mesa deles, não! Onde já se viu filha de empregada sentar na mesa dos patrões?*

A análise desenvolve-se levando em conta o que postula Pêcheux, ao tratar sobre a interpelação do indivíduo como sujeito ideológico:

O que precisa ser compreendido é como os agentes desse sistema reconhecem eles próprios seu lugar sem terem recebido formalmente uma ordem, ou mesmo sem "saber" que têm um lugar definido no sistema de produção. Quando alguém se vê obrigado a ocupar um lugar dentro de um sistema de trabalho, este processo já se deu anteriormente; tal pessoa sabe, por exemplo, que é um trabalhador e sabe o que tudo isto implica. (HENRY, 1969, p.26).

A releitura proposta por Pêcheux (1969) pode ser utilizada para refletirmos a posição ideológica ocupada pela empregada doméstica dentro da relação dicotômica (patrão/doméstica), construída em seu fazer laboral: a empregada doméstica sabe qual é o seu lugar e aceita a condição/posição submissa que lhe é imposta porque sabe, inconscientemente, que isso faz parte de uma construção histórica institucionalizada na estrutura das relações de poder. Nesse sentido, a interpelação do indivíduo como sujeito ideológico faz com que, ele mesmo, sem que perceba, ocupe um lugar – o seu – em uma das classes sociais.

Por outro lado, na SD5 é percebida um traço da tradição marxista, que entende a ideologia como o mecanismo que deforma a realidade. Conforme Silva (2005, p.22), essa tradição apresenta a suposição de um discurso ideológico que serve para legitimar e reproduzir o poder da classe dominante.

Desse modo, o discurso da empregada doméstica reforça o caráter de dominação dos grupos minoritários, já que “sentar-se à mesa dos patrões”, é uma ação socialmente delimitada por uma posição hierárquica que se enquadra no tipo de padrão estabelecido como superior. O espaço físico – mesa – pode ser entendido aqui como uma demarcação tanto no sentido espacial, quanto simbólico, ao qual os patrões recorrem para estabelecerem uma barreira entre empregada e família.

Assim, por meio da análise da SD5 e ancorando-se na proposta de Pêcheux (1969) sobre ideologia, é possível inferir que todos os discursos são ideológicos. Retomando a perspectiva sobre ideologia apresentada por Althusser, é perceptível

que não há uma referência à ideologia se comparada à referência que se tem constantemente sobre linguagem. Conforme explanado por Henry (1969), Althusser não estava preocupado em discutir sobre linguagem, mas estabeleceu um paralelo entre a “evidência da transparência da linguagem e o ‘efeito ideológico elementar’, a evidência segundo a qual somos sujeitos”. (HENRY, 1969, p.34).

Pêcheux, interessado pela formulação referida a priori, definiu a ligação entre essas duas proposições através da *teoria do discurso*. Em obras posteriores à *Análise automática do discurso*, tratou mais claramente sobre a diferenciação e as relações entre a “evidência subjetiva” e a “evidência do sentido” (ou da significação), e coloca o discurso entre a linguagem (vista a partir da linguística, do conceito saussuriano de *langue*) e a ideologia. (HENRY, 1969, p.34-35).

Orlandi (2020) explana que o discurso é o lugar em que língua e ideologia estão diretamente imbricadas, pois, partindo da premissa de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, chega-se à conclusão de que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia; são essas relações que faz a língua chegar a um sentido e ou produzir sentidos para os sujeitos.

De posse dessa abordagem, percebemos o quanto a Análise do Discurso torna-se pertinente a este estudo, por apresentar-se como uma perspectiva teórica e metodológica efetiva para o estudo da problematização discursiva acerca do trabalho doméstico em nossa sociedade.

3. CONDIÇÕES HISTÓRICO-POLÍTICAS DO DISCURSO DOMÉSTICO

Considerando inicialmente o que postula Orlandi (2020) sobre o lugar o qual fala o sujeito é o elemento constitutivo daquilo que ele diz, neste capítulo, apresentamos um breve panorama das condições histórico-políticas do discurso da categoria emprego doméstico, uma vez que no dizer da empregada doméstica há condições de produção que perpassam por questões relevantes, essenciais para entender os embates em torno desse grupo social.

3.1 A categoria Trabalho

Segundo Ribeiro e Léda (2004), a palavra *trabalho* vem do latim *tripalium*, termo utilizado para designar instrumento de tortura, ou mais precisamente, “instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, nas quais agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los”. (RIBEIRO e LÉDA, 2004, 76).

As autoras tratam sobre o significado e origem do termo situando-o em vários cenários e épocas afirmando que, por muito tempo, o trabalho esteve associado ao fardo e ao sacrifício:

Na Grécia, o trabalho era desprezado pelos cidadãos livres. Platão considerava o exercício das profissões vil e degradante. Nos primeiros tempos do cristianismo, o trabalho era visto como tarefa penosa e humilhante, como punição para o pecado. Ao ser condenado, Adão teve por expiação trabalhar para ganhar o pão com o suor do seu próprio rosto. (RIBEIRO e LÉDA, 2004, 76).

A concepção de trabalho passa a ter outro sentido a partir do Renascimento, período em que há uma transição entre a visão de trabalho como ocupação servil, para trabalho como afirmação de identidade e autorrealização humana. Conforme as autoras, imbricam-se a esta visão, a não escravização do homem, já que o trabalho propiciaria o seu desenvolvimento e preencheria a sua vida, transformando-se em condição necessária para a plena liberdade.

Ademais, duas perspectivas dicotômicas são apresentadas pelas autoras para constatar a visão acerca do trabalho em determinados momentos e espaços. De um lado, sob um caráter negativo, o trabalho é tomado como “castigo divino, punição,

fardo, incômodo, carga, algo esgotante para quem o realiza”. Por outro lado, numa dimensão positiva, o trabalho é visto como “espaço de criação, realização, crescimento pessoal, possibilidade de o homem construir a si mesmo e marcar sua existência no mundo”. (RIBEIRO e LÉDA, 2004, 77).

Transitando brevemente pelo período da Revolução Industrial, o sentido do trabalho passa a ter outras nuances e o modo como passou a ser desenvolvido ditaria formas de convivência para uma nova sociedade. Dessa maneira, o trabalho ganha a centralidade nas relações entre indivíduo e espaço social, já que a necessidade de ser cumprido, absorve parte do tempo dedicado às relações sociais.

As pessoas ficam submissas às leis impostas pelas fábricas, ocorrendo um controle das suas vidas privadas. Há uma tentativa de adequação das relações sociais desenvolvidas extra-produção a uma racionalidade econômica e técnica que opera no interior das indústrias. (RIBEIRO e LÉDA, 2004, 78-79).

Conforme as autoras, muitas mudanças ocorreram desde a década de 70, gerando significativas transformações nas relações de trabalho, com isso, foram necessárias novas estruturas que garantissem e flexibilizassem a organização industrial para se adequarem às constantes modificações do mercado industrial. De lá para cá, ainda que convivendo com esse lado sofrível do trabalho, o elo que há entre este e a sociedade continua sólido e diretamente cultivado como algo essencial.

Ao retomar às discussões do tópico anterior sobre o discurso histórico político do trabalho doméstico, foi possível perceber aspectos específicos dirigidos a este grupo. Pode-se inferir, então, que as empregadas domésticas, estão inseridas na *classe-que-vive-do-trabalho*. O termo desenvolvido por Antunes (2002) faz menção ao conceito marxista de classe trabalhadora, assim, a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade sua processualidade e concretude”. (ANTUNES, 2002, pág. 101).

Em resumo, a classe trabalhadora (ou a classe que vive do trabalho) é a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho e, segundo Marx, citado por Antunes, estão subdivididos em dois grupos: trabalhadores produtivos e improdutivo. Os conceitos destinados a esses grupos advêm do tipo de relação que os trabalhadores mantêm com a produção capitalista.

Antunes (2002), afirma que o trabalhador produtivo tem o papel de centralidade no interior da classe trabalhadora pois, participa diretamente da produção de mais-valia e do processo de valorização do capital, concomitantemente. Um exemplo mais claro disso está no que explana Marx (1980, p.143 *apud* Machado, 2010, p.3): “...trabalhador produtivo é aquele cujo trabalho *produz mercadorias*; e mais precisamente, esse trabalhador não consome mais mercadorias do que produz, do que custa seu trabalho”.

Por outro lado, “se um trabalhador repõe com seu trabalho somente o equivalente ao seu salário, ele não é um trabalhador produtivo para o capitalista”. (MACHADO, 2010, p.3). Assim, considera-se trabalho improdutivo aquele que tem um valor social, mas não produz diretamente riqueza imediata; é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca. “Abrange um amplo leque de assalariados, desde aqueles inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos etc.” (Antunes, 2002, p.102).

Antunes (2002), converge com Ribeiro e Léda, ao reconhecer as importantes mutações as quais vem sofrendo o mundo do trabalho, apresenta, dessa maneira, um balanço descritivo levando em conta alguns aspectos. O mais pertinente destes, apresentado por ele, é a percentualidade de mulheres ocupando a categoria:

Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho part time, precarizado e desregulamentado. Sabe-se que esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. (ANTUNES, 2002, p. 105).

Com o aumento expressivo do trabalho feminino, pode-se perceber, conseqüentemente, uma exploração ainda mais intensificada quando observadas as condições de trabalho delegadas às mulheres trabalhadoras, onde se encontram atividades rotinizadas, com menores índices de qualificação e onde são também mais constantes as formas de trabalho temporário. Essa tendência aponta, ainda, para a divisão sexual do trabalho em que, segundo Antunes (2002, p.108):

Salvo raras exceções, ao trabalho feminino têm sido reservadas as áreas de trabalho intensivo, com níveis ainda mais intensificados de exploração do trabalho, enquanto aquelas áreas caracterizadas como de capital intensivo, dotadas de maior desenvolvimento tecnológico, permanecem reservadas ao trabalho masculino. As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho.

O autor pontua que a ampliação do trabalho feminino contribuiu, em parte, do processo de emancipação das mulheres que tanto lutaram para cessar as inúmeras formas histórico-sociais de opressão masculina, fundamentadas na tradicional divisão social e sexual do trabalho. Além disso, tematiza sobre gênero no trabalho, articulando-o às questões de classe afirmando, nesse sentido, que a mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa.

Teixeira (2021) explana que ao longo da história, e mesmo após a abolição formal da escravatura, o trabalho doméstico tornou-se um dos principais meios de sobrevivência de mulheres negras que se submetiam a diversos tipos de trabalho dentro das casas ou fora delas. “Atualmente, a Lei Complementar nº 150, de 2015, define como empregado doméstico no Brasil aquele que exerce atividade contínua e não lucrativa para pessoa física no ambiente doméstico”. (TEIXEIRA, 2021, p.21).

A aprovação desta Lei permitiu com que a categoria das trabalhadoras domésticas alcançasse um alargamento dos direitos trabalhistas vigentes no país. Na legislação, também estão incluídas as subdivisões pertencentes a categoria, como: babás, cuidadoras de idosos/as, cozinheiras, motoristas e, de modo especial, àquelas que residem com os patrões. Segundo Valeriano (2017, p.12), embora sancionada a lei, “acredita-se que a sua efetivação, sobretudo para o caso das trabalhadoras domésticas que moram na residência em que trabalham, encontre entraves, principalmente no que se refere à jornada de trabalho”.

Comparadas ao número de diaristas e mensalistas não residentes, a quantidade de mensalistas residentes tem diminuído ao longo dos anos. Porém, ainda é comum encontrar nos classificados de jornais, patroas a procura por essas trabalhadoras.

O interesse vem geralmente de famílias de classe média e alta e, principalmente, famílias em que há crianças, idosos ou deficientes. Comumente é oferecido um quarto pequeno com banheiro, em local mais isolado da casa, a alimentação também é feita no local de serviço. (VALERIANO, 2017, p.13).

No que consiste nas relações entre patroa e domésticas residentes, Teixeira (2021) aponta que:

Se as relações de trabalho entre patroas e empregadas que residiam no próprio lugar de moradia já eram permeadas pela construção social dela como sendo uma ameaça, as relações em que elas moravam em suas próprias casas ('cada uma em seu quadrado') traziam um temor intensificado. Pois essas mulheres representavam o trânsito do que estava nas comunidades, nas periferias e nas favelas para a casa de seus patrões. (TEIXEIRA, 2021, p.45).

Percebemos que as domésticas que residem no local onde trabalham fazem parte de um grupo de vulnerabilidade, tanto pela situação socioeconômica quanto pelas próprias relações a que estão submetidas no ambiente doméstico. Nesse sentido, Valeriano (2017, p.13) aponta que essas mulheres "são as mais pobres, negras, migrantes, que não dispõem de outra moradia".

Em *QHEV*, Val representa a realidade do grupo das mensalistas residentes, isto é, domésticas que moram no local de trabalho aceitando condições adversas para garantir o sustento da família. Migrante nordestina, Val, sai de sua cidade, interior do Pernambuco, em busca de melhores condições de sobrevivência. Há muito tempo morando na casa dos patrões, acaba abdicando da criação da filha para cuidar dos afazeres domésticos e, contraditoriamente, zelar pelos cuidados de uma criança não sua.

A ideia de ter que migrar para a cidade grande no intuito de conseguir sustentar a filha e a quase inexistência de contato, nunca foi bem aceita por Jéssica:

SD6: Jéssica: *Te achava tão linda, toda rica, cheia de coisa quando aparecia lá. Não sabe o tanto que eu sofri por tua conta, Val.*

SD7: Val: *Pois tu não sabe o tanto que eu sofri por tua causa.*

SD8: Jéssica: *É sofreu porque quis, não é não? Aparecia lá cheia de presente na mão, me dizendo isso me dizendo aquilo, depois me deixava feito idiota lá perguntando "ai, que horas que mainha volta, que horas que ela volta?"*

SD9: Val: *Tu não sabe da missa a metade, um dia pergunta a teu pai.*

SD10: *Jéssica: Puta que pariu, Val, dez anos, pelo amor de Deus. Não voltaste por quê?*

SD11: *Val: Tu não sabe minha agonia, quanto mais eu não voltava mais eu queria voltar, mas aí passava o tempo e eu não voltei e aí mesmo que eu não voltava. Vou lhe dizer uma coisa: um dia, Deus me livre, Deus me livre, mas um dia tu vai entender direitinho tua mãe.*

No enunciado, os discursos que pertencem à Val representam a angústia de muitas trabalhadoras domésticas. Mulheres que migram de cidades pequenas em busca de oportunidades para adentrar ao mercado de trabalho, e encontram como estratégia de sobrevivência, a moradia no trabalho. Complementa-se a essa questão, “o percurso (estereotipado) de vida do nordestino (mais especificamente, da mulher nordestina, representada por Val): pobre, torna-se mãe muito cedo, deixa a filha ‘para trás’, e vai para São Paulo trabalhar como empregada doméstica”. (ARAÚJO, 2021, p.186).

Sobre essa questão, Teixeira (2021) explana sobre um importante aspecto no processo de migração das mulheres nordestinas em busca de condições de existência:

A combinação de precárias qualificações para o mercado de trabalho formal dessas mulheres com a insuficiência de vagas nos locais de destino para absorver as demandas migratórias por ocupação contribuiu para que o trabalho doméstico se tornasse uma das opções mais contundentes para as mulheres. (TEIXEIRA, 2021, p.51).

O fluxo migratório foi ainda mais intenso nas décadas de 1970 e 1980, em decorrência do crescimento do trabalho doméstico e, portanto, a crescente demanda por trabalhadoras domésticas. Isso fez com que a categoria se diversificasse, tanto no sentido racial em que, cada vez mais mulheres não negras também se inseriam, quanto no ponto de vista regional contando com uma diversidade de origens das trabalhadoras, muitas do meio rural, do interior ou de outros estados.

De acordo Teixeira (2021, p.51), a partir da década de 1990 houve uma mudança significativa no que mercado de trabalho doméstico e nas práticas sociais a ele relacionadas:

Ocorreu um fenômeno em que, para muitas mulheres jovens, ser trabalhadora doméstica foi deixando de ser uma condição historicamente colocada de continuidade para as filhas de trabalhadoras domésticas, para cada vez se tornar um trabalho temporário, evitando-se passar pelo trabalho doméstico, ou assumindo-o como apenas uma passagem para um trabalho efetivo.

Esse fenômeno citado pela autora é evidenciado no filme, visto que Jéssica representa as filhas das domésticas que rompem com a manutenção da tradição histórica de seguir o mesmo destino das mães e se submeter às relações degradantes do emprego doméstico. Assim como Val, ela também migra para São Paulo, contudo, ao contrário da mãe, tem como propósito prestar vestibular, e se ascender socialmente por meio do estudo.

SD12: Bárbara: *Sua mãe disse que você vai fazer vestibular, é isso?*

SD13: Jéssica: *É.*

SD14: Bárbara: *Pra que você vai fazer?*

SD15: Jéssica: *Arquitetura.*

SD16: Bárbara: *Arquitetura?* [espantada]

SD17: Jéssica: *É, na FAU.* [segura de sua resposta]

SD18: Val: *Que é, Dona Bárbara? Qual o problema?*

SD19: Fabinho: *Não, é que a FAU é uma das faculdades mais difíceis de entrar.*

SD19: Val: *É difícil, é Dona Bárbara?*

SD20: *É, é bem concorrida.*

SD21: Jéssica: *Tô sabendo.*

Bárbara (SD16) se mostra incrédula com o fato de que a filha da empregada concorrerá a uma vaga em uma das mais importantes Universidades do país - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - espaço que na visão dos patroa, não deveria ser ocupado por ela. Em relação a isso, Teixeira (2021) destaca a importante ampliação de oportunidades no que se refere à escolarização das filhas das domésticas:

Muitas filhas de mulheres que trabalharam a vida inteira como domésticas ocupam vagas no ensino superior, e isso se deve em grande parte às políticas públicas direcionadas à educação. Podemos destacar tanto a ampliação da conclusão do ensino fundamental, das vagas em universidades públicas e a adoção de políticas afirmativas, como as cotas sociais e raciais para o ingresso no ensino superior, e os programas de bolsas de financiamentos estudantis". (TEIXEIRA, 2021, p.54).

Desse modo, os discursos de Bárbara (SDs 16 e 20), representam o estranhamento do novo contexto em que se insere Jéssica, ao perceber que a moça começa a traçar um caminho inverso ao da mãe (que sempre esteve subordinada às relações de dependência) indo em busca da possibilidade de transformação social através do conhecimento. Isso comprova o início da tensão entre filha da empregada e patroa, ao mesmo tempo que revela o ambiente doméstico como espaço de conflito, onde as desigualdades se revelam e onde se anula a identidade da mulher trabalhadora.

Em síntese, o objetivo deste subtópico foi apresentar a importância e relevância que se tem o trabalho, mostrando que apesar de continuar ocupando centralidade na vida de muitos, há, por outro lado, aqueles que não reconhecem a esfera profissional como um espaço de realização. Isso porque, a classe trabalhadora (ou a classe-que-vive-do trabalho), hoje, demanda por mais reconhecimento, já que apenas uma minoria de trabalhadores atua em funções devidamente identificados.

Nesse sentido, quando tratamos sobre informalidade e deficiências nos sistemas que protegem os trabalhadores, temos como principal exemplificação o grupo das empregadas domésticas. O não reconhecimento do trabalho doméstico em relação às outras formas de trabalho, gera uma discriminação e legitima a inferioridade das mulheres que ocupam a categoria.

3.2 Historicidade do emprego doméstico

Segundo a pesquisadora Juliana Teixeira em sua obra *Trabalho doméstico* (2021), os índices de força de trabalho feminina remunerada envolvida no trabalho doméstico atingem números expressivos, em sua totalidade somam-se 97% das mulheres nesta categoria. “Do total de mulheres economicamente ativas, 14,26% são trabalhadoras domésticas, dentre as quais 59,3% negras e 40,3% brancas, o que faz

acrescentar também a dimensão racial na realidade dessas mulheres”. (TEIXEIRA *apud* TEIXEIRA *et al.* 2014 p.163).

Embora haja uma parcela ínfima de homens que ocupam a mesma função, a ideia construída no imaginário social estabelece que as atividades domésticas são biologicamente ligadas às mulheres. Como resultado dessa projeção, as trabalhadoras domésticas são reduzidas a uma condição de inferioridade, não só no que diz respeito ao lugar que ocupam, mas também a própria condição de gênero.

O fato histórico que marca a origem da profissão é o período da abolição da escravidão (extinta por meio da promulgação da Lei Áurea), que representou o fim legal da escravização, mas não necessariamente a relação de servidão. Nesse sentido, o que encontramos no cenário laboral contemporâneo não se distancia das condições vividas pelas ex-escravizadas domésticas pós abolição: muitas delas residiam (ainda residem) na casa dos patrões, sem horário determinado de trabalho e sem qualquer tipo de remuneração pecuniária.

Segundo Teixeira, esse acontecimento marcou um momento de transição para negros e negras tirando-os da “condição de escravizados formais” para a de “escravizados informais”. (TEIXEIRA, 2021, p.33). Durante esse período, precisamente no século XIX, existiam além das escravas domésticas, moças que eram contratadas para ajudar nas tarefas de casa, e, como destaca Oliveira (2009, p.11):

Após a abolição, esta se tornou a principal fonte de emprego para as mulheres. Com o processo de urbanização e industrialização, a chamada ajuda vira serviço doméstico em troca de casa e comida, principalmente para as mulheres migrantes do meio rural, e posteriormente transforma-se numa atividade assalariada.

Desse modo, as escravizadas domésticas não eram tratadas como sujeitos, mas apenas servas disponíveis a satisfazerem todas as vontades de seus patrões. O motivo pelo qual continuavam a aceitar as relações de submissão e servidão, não se dava apenas pela inexistência de melhores opções, mas estava ligada, principalmente, ao fato de estarem desprotegidas socialmente, sem nenhum tipo de qualificação e também pela “criação de um elo e de uma dependência psicológica em relação à família para qual trabalhavam”. (TEIXEIRA, 2021, p.33).

Mesmo desenvolvida a intensa dependência de cunho afetivo, existia por parte dos senhores, a falsa sensação de perda de controle em relação aos servos. Segundo

Margarete Rago (1985 *apud* TEIXEIRA, 2021 p. 33), a desconfiança gerava a necessidade de um controle permanente, o que se tornou uma estratégia utilizada sobretudo pelas patroas, já que as mulheres eram as responsáveis pelos assuntos que se referiam ao serviço doméstico.

Ademais, as *criadas* eram vistas como ameaças à família para a qual trabalhavam, os patrões temiam que tais mulheres pudessem transmitir algum tipo de doença ou até mesmo maus costumes. Sentiam-se ameaçados com a proximidade da pobreza, que era invocada a partir da conveniência cotidiana com as *criadas*. “Essa noção de ameaça remonta ao período da escravatura e ao período posterior à abolição, em que os servos domésticos eram considerados ameaças à integridade física e moral das famílias burguesas”. (TEIXEIRA, 2021, p.34).

Um recorte da obra em estudo evidencia que comportamentos como estes, são ainda representados timidamente na ficção e traduzem a realidade das empregadas domésticas.

A cena se passa próximo à piscina, espaço limitado tanto à empregada quanto a filha, isto é, ambas não possuem a liberdade de entrar na piscina quando querem. Contudo, Jéssica (filha da empregada), submerge aos desejos de Fabinho (filho do patrão) ao ser jogada. O clima de tensão se constrói quando Bárbara (a patroa) desaprova a conduta desabusada da filha da empregada, que definitivamente “não conhece seu lugar”.

SD22: Val: *Jéssica, saia daí agora!* [apontando para o patrão] *Olha o Dr. Carlos aqui, Jéssica. Não sei o que a Jéssica tem na cabeça, não. Eu vou lá, Dr. Carlos.*

[Bárbara aparece na sacada bradando]

SD23: Bárbara: *Que brincadeira idiota, Fabinho! Tira ela daí.*

SD24: Val: *Saia dessa água.*

SD25: Bárbara: *Dá pra obedecer a sua mãe? Ela está falando com você.*

Incomodada, Bárbara liga para um funcionário solicitando que ele esvazie a piscina, e justifica para Val o aparecimento de um bicho.

SD26: Bárbara: *Escuta...Sabe o que eu vi na piscina? Rato, Val.*

SD27: Val: [espantada] *Não...*

SD28: Bárbara: *Acredita?*

SD29: Val: *Que isso, dona Bárbara?*

SD30: Bárbara: *Rato. Dei um grito daqui de cima.*

Observamos através das SDs 23 e 25, que a filha da empregada representa uma ameaça à patroa, uma vez que rompe códigos de conduta e de delimitações de espaço que controlam as relações entre patrões e empregado. Além disso, a metáfora utilizada por Bárbara “Rato na piscina” (SDs 26 e 30), assim como na sociedade escravagista citada por Teixeira, é uma imagem forte que mostra o preconceito e a discriminação de classe, e a proximidade vista como “contaminação” que deve ser imediatamente combatida. (TELLES, 2016).

A SD32 contextualiza esse fato. Fabinho reproduz o mesmo discurso da mãe, sem saber, no entanto, o que está implícito nele. Por outro lado, Jéssica (SD34) subentende que o discurso de Bárbara carrega um estigma de inferiorização, ao compará-la a um animal.

SD31: Jéssica: *Mandaram esvaziar a piscina, foi?*

SD32: Fabinho: *É, minha mãe disse que viu um rato aqui. Sei lá, perigoso, né? A gente pode pegar doença.*

SD33: Jéssica: *Tá bom...*

SD34: Jéssica: *Tu acha que eu sou um rato?*

SD35: Fabinho: *O quê?*

[Jéssica sorri]

Tentativas pedagógicas foram elaboradas com finalidade de domesticar e civilizar as *criadas*. Sob esses discursos surgiram então, no período republicano e pós-escravocrata, manuais que ensinavam às senhoras modos adequados de lidar e controlar as domésticas. Além dos manuais, formas mais rígidas de controle surgiam, a exemplo dos mecanismos estatais. Um deles, criado em São Paulo no ano de 1946, denominado Registro de Empregados Domésticos, era um documento que tinha como objetivo:

‘Salvaguardar o lar e o bem público, mediante exame de sanidade e controle policial dos candidatos como medida de proteção à família e à propriedade, pois objetiva a seleção do material humano, muitas vezes perigoso e nocivo, que ingressa em nossos lares como cozinheiros, arrumadeiras, pajens, lavadeiras etc. gente na maioria das vezes portadora de moléstias infectocontagiosas, quando não possui ainda o estigma de roubo e do mal, e que, de casa em casa, vai espalhando doenças, roubando haveres, prejudicando os patrões e desaparecendo em seguida’. (DUARTE, 1992 *apud* TEIXERA, 2021 p. 34,35).

Trazer à tona práticas como essas serve não só para ilustrar a situação que mulheres se submetiam em troca de sobrevivência, mas também para mostrar as mulheres negras trabalhadoras domésticas como maioria neste contexto; mesmo após a libertação dos escravos, por falta de oportunidades sociais, continuavam servindo seus empregadores.

Conforme explanado por Bernadino-Costa (2007, p.9) “a escravidão foi um fato que marcou a constituição da sociedade brasileira”, logo, o modo como se construíam as relações entre senhores e *criadas* no trabalho doméstico do Brasil Colônia ainda reflete no Brasil atual quando observados os espaços familiares e a participação reduzida das empregadas domésticas.

Em seu estudo intitulado *Trabalho Doméstico: questões, leituras e políticas*, Brites (2013) pondera sobre isso ao traçar um panorama sobre as continuidades do emprego doméstico na sua atual realidade. Segundo a autora, a categoria tem apresentado mudanças, embora algumas práticas se mantenham com uma consistente permanência especialmente quando se trata do “lugar social onde são recrutadas as trabalhadoras domésticas remuneradas, a desproteção legal do trabalho doméstico remunerado e a potência das organizações sindicais”. (BRITES, 2013 p.435).

Ao citar as conquistas e permanências advindas das lutas para ampliação da proteção legal das trabalhadoras domésticas, Brites, enfatiza que:

Em março de 2013, o Congresso brasileiro alterou o artigo 7º da Constituição Federal, referente ao estatuto diferenciado dos trabalhadores domésticos e suas garantias de proteção legal. No entanto, a regulação do trabalho doméstico ainda está longe de ser um processo tranquilo. Ainda que muitas mudanças tenham sido alcançadas, a desproteção legal perdura como continuidade negativa no exercício do trabalho doméstico. A alteração do texto constitucional é parte de uma luta de cerca de duas décadas que mobilizou grupos feministas, militantes sindicais e deputadas no Brasil. (BRITES, 2013 p.435)

Sob o ponto de vista da autora, ressaltamos o protagonismo dos movimentos feministas, sobretudo nos anos 70, quando resgataram a temática do trabalho doméstico para o centro das investigações na ciência social, com o propósito de estudá-lo e questioná-lo como processo de trabalho e como relação social. Nesse mesmo sentido, Silva, Loreto e Bifano (2017, p.425), asseveram que esses movimentos buscaram discutir “não somente a invisibilidade e a inferioridade feminina, mas também a desqualificação do trabalho doméstico, a fim de reinterpretar seu conceito, bem como o do trabalho produtivo e improdutivo”.

As autoras consideram que o trabalho doméstico foi por muito tempo “uma atividade negligenciada e sofreu uma latente invisibilidade jurídica, inclusive no período do Brasil República”. (2017, p.426). Anterior a esse período, não haviam leis ou normas dirigidas exclusivamente ao emprego doméstico (ou à empregada doméstica). Concomitante a isso, uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, revela que:

Até a década de 1970, as trabalhadoras domésticas eram desconsideradas como grupo produtor de um trabalho e objeto de direitos trabalhistas e sociais. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída em 1943, ignorou a existência desta ocupação profissional que, já naquele momento, empregava um grande contingente de brasileiras, responsáveis pelas tarefas de cuidados com casas e famílias de seus/suas patrões/patroas. (IPEA, 2011, p.3).

Observamos que, mesmo com as leis reguladoras do trabalho doméstico, ainda são percebidas no cenário da categoria, disparidades de direitos quando comparados às demais áreas de trabalho:

Este tratamento desigual foi reafirmado e reforçado pela Constituição Federal de 1988 que, apesar de garantir conquistas como o salário-mínimo, o 13º salário e a licença maternidade de 120 dias, deixou de estender às trabalhadoras domésticas o mesmo rol de direitos assegurados aos demais trabalhadores brasileiros. De fato, ao elencar, em seu artigo 7º, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos/as e rurais, a Constituição restringe, por meio da inclusão de um parágrafo único, quais seriam os direitos assegurados à categoria das trabalhadoras domésticas. (IPEA, 2011, p.3).

De igual modo, Brites (2013), explana que as trabalhadoras domésticas brasileiras subsistem sem carteira de trabalho assinada e comumente encontram dificuldades em formalizar o vínculo empregatício, além disso, o sistema de fiscalização dos direitos do trabalho encontra obstáculos intransponíveis. “Sustentados em prerrogativas de inviolabilidade do lar, a maioria dos países justifica

a impraticabilidade de inspecionar o cumprimento das normas legais”. (BRITES, p.437).

À luz desses levantamentos os quais perpassam pela historicidade do discurso doméstico atesta-se, segundo Pêcheux (1969), que o discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas, visto que a exterioridade é o tecido histórico-social que o constitui.

Para o autor é impossível “analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesmo (...) é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção”. (PÊCHEUX, 1969, P.79). Dessa maneira, mais do que uma transmissão de informações entre os pontos *A* (destinador) e *B* (destinatário), o que existe, de um modo mais amplo, é o efeito de sentidos produzidos por estes, pois a definição de discurso está voltada para o efeito de sentido entre interlocutores.

Orlandi (2020) endossa o pensamento de Pêcheux acerca das condições de produção ao considerar que estas constituem os discursos, funcionando de acordo com certos fatores. Destaca que um desses fatores é a relação de sentidos: “os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros (...) um dizer tem relação com outros dizeres, imaginados ou possíveis”. (ORLANDI, p.37).

Descreve assim, que o lugar o qual fala o sujeito é o elemento constitutivo daquilo que ele diz. Para melhor compreendermos esta noção, podemos voltar o olhar para a nossa sociedade que, segundo Orlandi (2020, p.38) é permeada por relações hierarquizadas, “são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’”. Esse conceito pode ser ilustrado com o fato de que a fala do patrão/patroa significa mais do que a fala da empregada doméstica, justamente por estar no “topo” da pirâmide na sociedade de classes.

Assim, temos que o indivíduo não está livre para escolher deliberadamente, numa determinada situação, o que falar, pois o seu dizer estará sendo afetado por este ‘já lá’, que Pêcheux denomina de interdiscurso ou ‘o *todo complexo com dominante das formações discursivas*’ (1988:162). Esse ‘já-lá’ são sentidos que foram se construindo historicamente a partir da constelação das relações de poder, que podem ser assumidos ou não pelo sujeito, a depender das posições discursivas que este poderá ou não ocupar em função do funcionamento da ideologia. (PÊCHEUX, 1988 *apud* TFOUNI e PANTONI, 2004).

Podemos agora, a partir da noção dada a priori, inferir que Val apresenta um comportamento herdado do seu contexto histórico social quando afirma em seu discurso: “tem coisas que ninguém precisa ensinar, já nasce sabendo” (SD37).

Na cena em que foi extraído o enunciado, Val e Jéssica passeiam com o cachorro (da família). Val discute com a filha sobre a “audácia” em ter entrado na piscina dos patrões. Neste momento, encontram Raimunda, amiga de Val e também empregada doméstica que, ao saber da atitude de Jéssica, expressa indignação. Ambas mulheres demonstram que o comportamento de Jéssica vai contra as regras formais e singulares de se compreender o mundo e o lugar da doméstica nas relações sociais.

A compreensão que Jéssica deveria tomar para si “não é entendida como um processo social, mas natural”. (FERRAZ *et.al* 2017, p. 269). Isto poderá ser percebido nas SDs 36, 39 e 41, quando questiona onde a mãe aprendeu a ser subalterna da forma como o faz:

SD36: Jéssica: *Não sei onde tu aprendeu essas coisas, fica falando não pode isso, não pode aquilo. Tava escrito num livro, como é? Quem te ensinou? Chegou aqui, ficaram te explicando essas coisas?*

SD37: Val: *Isso aí ninguém precisa explicar não, a pessoa já nasce sabendo o que pode, o que é que não pode. Tu parece que é de outro planeta.*

SD38: Jéssica: *Tô sabendo. Nasce sabendo.*

SD39: Jéssica: *Sinceramente, Val, não sei como é que tu aguenta, visse.*

SD40: Val: *Como é que eu aguento o que?*

SD41: Jéssica: *Ser tratada desse jeito que nem uma cidadã de segunda classe.*

Por outro lado, está o discurso produzido por Val (SD37) que por suas características próprias de enunciação, encarna as propriedades comumente associadas ao comportamento da empregada doméstica, ao mesmo tempo que retrata como a ideologia dominante está incutida na mente desse grupo social na realidade.

Assim, considerando o contexto histórico-social a que pertence Val, seu discurso de que a pessoa já nasce sabendo o que pode, o que é que não pode, expõe

as relações dicotômicas entre patrão e empregada. Desse modo, conforme Ferraz (et.al 2017):

Val externaliza o que as relações sociais antagônicas de classe, na prática de ser trabalhadora, lhe ensinaram: seu lugar na hierarquia social. O vivido – a experiência prática – acrescido da impossibilidade de ter uma compreensão mais totalizada das relações sociais – impossibilidade posta pela complexificação da divisão social do trabalho – torna um elemento de caráter social, natural. (FERRAZ et.al 2017, p. 270).

Imprescindíveis à esta análise são as explanações de Orlandi (2020, p.28-29), ao considerar que as condições de produção compreendem fundamentalmente sujeitos e situação; neste funcionamento, temos, ainda, a memória discursiva ou interdiscurso, resumidamente, é definido como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. A autora reforça, ainda, que “ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos, mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente”. (ORLANDI, p.30).

Inferimos, portanto, que as condições histórico-simbólicas as quais foram construídas as discursividades acerca do trabalho doméstico têm como base a escravidão. Como consequência, surge, inconscientemente, a interiorização e reprodução dos discursos dominantes pelos dominados, ainda que estes contradigam seus próprios interesses.

4. PROJEÇÕES IMAGINÁRIAS E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O estudo que propomos neste capítulo tem como objetivo dar continuidade às discussões anteriores, em que tratamos das condições de produção do discurso do trabalho doméstico. Incorporamos a noção de representação social para compreender o papel da empregada doméstica apresentado pela teledramaturgia, evidenciando que a imagem subalternizada projetada na sociedade é construída no e pelo discurso, numa perspectiva simbólico-ideológica, oriunda de práticas materiais de existência e, portanto, históricas.

4.1 A empregada doméstica no imaginário social

Retomamos, inicialmente, ao conceito de formações imaginárias as quais, segundo Pêcheux (1969, p.81), são sempre atravessadas pelo “já ouvido” e o “já dito”. Isso se deriva das regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). São essas posições que significam no discurso. Assim, concordando com Pêcheux (1969), as posições “significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já dito)”. (ORLANDI, 2020, p.38).

Seguindo a teoria formulada pelo autor, Orlandi (2020, p.38) destaca que

O mecanismo imaginário produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição do sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?).

A partir dessa definição, tem-se o que o imaginário preside a troca de palavras, nesse jogo, as relações de interlocução fazem funcionar os processos discursivos resultando nas formações imaginárias. Pêcheux (1969) explica:

O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). (PÉCHEUX, 1969, p.82-83).

Nota-se, de tal modo que o autor, ao teorizar sobre as formações imaginárias, adentra ao sentido de representação, uma vez que, quando trata dos sujeitos inseridos na troca discursiva, não está se referindo à presença física dos mesmos, mas a lugares representados nos processos discursivos.

Desse modo, a “série de formações imaginárias” são as posições que representam situações (objetivamente definíveis). “Nos processos discursivos não estabelecemos contato com sujeitos físicos, mas com representações, com imagens que criamos sobre os outros e nós mesmos”. (CORREIA e FONSECA, 2018, p. 261)

Através dos recortes discursivos retirados do filme *QHEV*, por exemplo, é possível perceber que a representação da empregada doméstica constrói uma projeção no imaginário social, carregada de preconceitos e estereótipos. Nesse sentido, segundo Jordão (2011, p. 103):

delineou-se o que se tornou a imagem e a ocupação de doméstica: uma pessoa que lida com os serviços domésticos, com tudo o que há de delicado em uma casa, mas que é desvalorizada como trabalhadora, que carrega um estigma de inferioridade, o qual parece deixar ainda mais desiguais as relações entre dominador e dominado. Pode-se tentar enxergar aí uma luta entre forças sociais.

A autora trata sobre esse fator (de luta entre forças sociais), relacionando-o à questão da hegemonia tornando evidente, a partir do pensamento gramsciano, que a inferência sobre esse termo pode nos levar a pensar, não somente em um embate ou uma vitória de um lado sobre o outro, mais do que isso:

É um equilíbrio instável em que as relações de forças são favoráveis ou desfavoráveis a esta ou àquela tendência', pois nenhuma força social, mesmo que suplantada, sai do terreno da luta. Isso porque os setores populares não são necessariamente passivos à ação hegemônica. Eles coparticipam nas relações de força que constituem a cultura.” (JORDÃO, 2011, p. 103).

No filme, há um momento em que o discurso da patroa mostra essa noção de hegemonia corroborando para a imagem de inferioridade atribuída a empregada doméstica:

SD41: Bárbara: [referindo-se a Jéssica] *Enquanto ela tiver aqui, queria te pedir para prestar atenção, pra deixar ela da porta da cozinha pra lá.*

Conforme enfatizado por Orlandi (2020, p.40), o imaginário constitui-se como parte imprescindível para o processo de funcionamento da linguagem, “ele é eficaz, não brota do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder”.

Assim, na SD41, o pedido realizado por Bárbara deixa claro a sua “superioridade” simbólica, enquanto, também, evidencia a distinção que existe entre o “aqui” da patroa e o “lá” da empregada e sua filha, ainda que Val resida naquele espaço há anos; o discurso de Bárbara funciona como imposição para definir um lugar subordinado à filha da empregada.

Essa projeção não surge do nada, tem suas raízes fincadas no Brasil escravocrata, onde, por muito tempo, as trabalhadoras domésticas residiam nas casas dos patrões e, conseqüentemente, tornavam-se vítimas da violência simbólica. À vista disso, Teixeira (2021) diz que:

Mesmo com o início das relações assalariadas, algumas dinâmicas simbólicas do período escravocrata eram mantidas, como a divisão hierárquica dos espaços da casa. Embora as empregadas pudessem ter acesso a todos os ambientes para trabalhar, esse acesso era restrito a determinados horários. (TEIXEIRA, p.40).

Ainda segundo a autora, é nesse contexto que surgem os famosos “quartinhos” ou “dependência da empregada”, espaços que se caracterizavam por pequenos quartos (com banheiro incluído) localizados próximos à cozinha. Em algum momento da narrativa, Jéssica, se incomoda com o fato de sua mãe ainda morar na casa dos patrões, se submetendo às más condições de moradia, como mostra a SD43.

SD42: Val: *eu moro no serviço, já falei... moro no serviço.*

SD43: Jéssica: *tu mora no quartinho dos fundos da casa deles?!*

O quarto da empregada doméstica representado no filme é mal arejado e apertado; está distante de onde se localizam os outros cômodos da casa; o “colchãozinho” extra que seria para receber Jéssica, atrapalha a circulação e, não parece ser possível caber qualquer tipo de móvel para a moça realizar seus estudos.

Brites (2007, p.163) pontua que os lugares simbólicos destinados às domésticas na construção da casa funcionam como espaços de segregação e podem

ser pensados como uma didática de distância social: “não respeitam a individualidade das trabalhadoras. Então, podem estar cheios de entulhos, vassouras, baldes e tudo que ‘não presta mais’ ou que deve permanecer escondido para não perturbar a beleza e a ordem do lar”.

A separação de espaço é algo ainda muito comum e pode ser observada, principalmente, nas plantas de apartamentos e casas pelo Brasil, e nem sempre conformes às normativas legais de salubridade. Desde o período escravocrata essa divisão vem se estendendo, também, a outros ambientes:

Em prédios residenciais, era e ainda é comum a separação no uso de elevadores de serviço e devem ser usados pelas empregadas e demais trabalhadores domésticos, enquanto os sociais são de uso dos moradores e visitantes. (TEIXEIRA, 2021, p.40).

Analisando a SD43, é possível inferir que a projeção imaginária construída através do discurso *quartinho dos fundos* resulta de processos discursivos anteriores, provenientes de outras condições de produção; ele não surge do nada. Portanto, na teledramaturgia, a representação desse tipo de condição vivida por Val, reforça a associação de algumas características da escravidão à ocupação de trabalhadoras domésticas.

4.2 A imagem de *subalternidade* projetada à trabalhadora doméstica

Conforme Jordão (2011), a mídia brasileira tem sua contribuição para a repetição e o fortalecimento de alguns estereótipos que desvalorizam a ocupação de trabalhadoras domésticas. Com os discursos analisados até aqui, percebemos que o filme *QHEV* encarna essa noção, uma vez que retrata a passividade da empregada doméstica diante das regras repressivas da patroa.

Consolida-se através dessa relação hegemônica, uma imagem subalterna relegada à doméstica e interiorizada pela sociedade. O termo *empregada* já tem em si um valor subalterno. Nesta perspectiva, compreende-se como subalterno, segundo Ballestrin (2013, p.92), a “classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes”.

O termo em questão, originário do latim *subalternus*, pertence a Antonio Gramsci, filósofo marxista que teve sua vida intelectual marcada pelo envolvimento nas discussões sobre as condições de vida das camadas mais baixas da população italiana. Segundo Soares e Angeli (2005), a concepção gramsciana referente a *categoria classes e grupos subalternos* abrange uma noção de sociedade moderna subdividida em duas classes: a capitalista, entendida como proprietária dos meios de produção, e a classe trabalhadora, que está a serviço da classe capitalista subjugada a esta por meio do vínculo salarial. Tal grupo, carrega uma característica da própria situação social em que se encontra: submetidos à exploração e à opressão.

Bernardino-Costa (2007) explana que subalternidade não será somente uma questão ligada à classe social, mas estará vinculada à colonialidade do poder, conceito cunhado por Aníbal Quijano, o qual refere-se à sobrevivência de legados coloniais em tempos modernos. Há, além deste, outros aspectos que implicam subalternidade como, raça, gênero, sexo, língua etc. (BERNARDINO-COSTA, 2007, p.66).

Alinhada a esse pensamento, Jordão (2011) explana que a continuidade do trabalho servil no período pós-colonial gerou efeitos negativos que perduram na contemporaneidade contribuindo para a condição subalterna das trabalhadoras domésticas:

(...) há outros fatores que agravam a condição de subalternidade das trabalhadoras domésticas, além da própria desvalorização causada pelas hibridações da escravidão. Podem-se citar: a situação economicamente menos favorecida, o caráter feminino da ocupação e a desvalorização da ocupação em relação a outras categorias profissionais. Mas, se há o baixo poder aquisitivo, há o alto; se há a feminização da ocupação, há uma divisão sexual do trabalho; e se há desigualdade profissional, é porque uns são vistos como melhores do que outros. Esta diferença de olhares faz com que, se há o subalterno, é porque há o hegemônico e um se relaciona com o outro, nem que seja mediante a relação de emprego. (JORDÃO, 2011, p.103).

A estrutura do espaço doméstico representada no filme, é constituída por uma família patriarcal de classe média alta que convive diariamente com a presença de uma pessoa de classe subalterna. Nesse espaço, surgem discursos que atestam a subalternidade da empregada doméstica, os quais, conseqüentemente, reforçam estereótipos já existentes no imaginário social.

SD44: Jéssica: *Me dá um pouquinho aí Val.*

SD45: Val: *Esse sorvete é de Fabinho.*

SD46: Jéssica: *Mas ele falou que eu podia pegar.*

SD47: Val: *Quando eles falam, quando eles oferecem alguma coisa que é deles, é por educação, é porque eles têm certeza que a gente vai dizer não.*

SD48: Val: *Se for pra tomar sorvete, é esse, que é o nosso.*

Na SD44, ao empregar o pronome “eles”, Val deixa claro a quem está se referindo. Delimita, portanto, o que pode ser consumido por Jéssica na casa dos patrões (em que se inclui Fabinho). Percebemos novamente a preocupação de Val em passar os “ensinamentos” sobre seu lugar à filha. Além disso, “não se trata apenas de Fabinho e/ou dos patrões, mas, sim, de uma classe social, de um lugar que não pode ser ocupado por elas. (ARAÚJO, 2021, p.182).

Resulta desse processo discursivo, o jogo imaginário de onde se produz a imagem subalterna da empregada doméstica. As SDs seguintes mostram a mesma perspectiva:

SD49: Jéssica: *Tu nunca nadou aqui não?*

SD50: Val: *Eu vou nadar na piscina da casa dos outros?*

SD51: Jéssica: *Nunquinha?*

SD52: Val: *Nunquinha, e se um dia eles lhe chamarem pra cair nessa piscina tu vai dizer ‘não tenho maiô, não posso, aprendeu?’...*

Orlandi (2020, p.40) aponta para a importância da análise: “com ela podemos atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades e, explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos, compreender melhor o que está sendo dito”. Nesse sentido, nas SDs 50 e 52, os discursos de Val mostram que a doméstica reconhece e aceita a condição subalterna que lhe é imposta.

SD53: Val: *Ô, Jéssica, quem é que botou a mesa do café?*

SD54: Jéssica: *Foi Bárbara.*

SD55: Val: *Oxe! E não é Bárbara, não, é dona Bárbara. Tu parece que, ó... “Bárbara”... E tu não pode sentar na mesa deles, não.*

SD56: *Jéssica: Oxe, qual é a mesa deles, Val?*

SD57: *Val: É essa aí.*

SD58: *Jéssica: E cadê a outra que eu não tô vendo? Vou comer em pé?*

Val, ao produzir o discurso “mesa deles” (presente na SD55) cria um efeito de sentido que marca e distancia o lugar dos padrões do seu lugar. Orlandi (2020, p. 40) reforça o pensamento de Pêcheux (1969) ao explicar que não é no dizer em si mesmo que o sentido é produzido, é necessário referi-lo às suas condições de produção, “estabelecer as relações que ele mantém com sua memória e também remetê-lo a uma formação discursiva – e não outra – para compreendermos o processo discursivo”.

O discurso produzido pela doméstica é constituído pelo contexto social e simbólico, permeado de relações hierarquizadas. Cria-se, a partir dele, a imagem da mulher subordinada às relações de poder que regem o emprego doméstico, imagens essas inconscientemente afetadas pela ideologia.

Analisar as imagens projetadas a partir desses discursos, bem como os efeitos de sentido que elas produzem, é fundamental para entender o funcionamento das relações desiguais e injustas que compactuam com um imaginário de servidão e inferioridade relegado a empregada doméstica.

Concordamos com Orlandi (2020, p.44) quando afirma que a função da ideologia é “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência”. Além disso,

a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’, entendendo-se ‘subjetivas’ não como ‘que afetam o sujeito’ mas, mais fortemente, como ‘nas quais se constitui o sujeito’. (ORLANDI, 2020, p.44).

Como citado por Ferraz (*et.al*, 2017) a ideologia de classe presente no imaginário das domésticas, a oposição entre os mundos, entre as distintas classes, é reforçada na sociedade, que a internaliza e reproduz, tanto em membros da classe burguesa, como da classe trabalhadora. E é nesse processo de interiorização das relações concretas (ideias e práticas) que as subjetividades se constituem.

A filha da empregada, por outro lado (como mostram as SDs 54, 56 e 58), reproduz discursos (e comportamentos) que se contrapõem às regras que subalternizam a mãe; não só senta na mesa dos donos da casa, como também é servida por *Dona Bárbara*.

Ela constrói, aos olhos dos outros, uma imagem um pouco peculiar. Essa imagem constitui, na contramão do que se deveria esperar na perspectiva da ordem vigente (daí o estranhamento), o perfil da superioridade (entendida, no contexto do filme, como a igualdade com o outro/dominador). (ARAÚJO, 2021, p.183). (grifos da autora)

Durante o filme, presenciaremos vários momentos em que a subalternidade da empregada doméstica será evidenciada. Isso porque, não existe espaço para diálogos dentro das relações entre patroa e doméstica, os interesses de Val são sempre ignorados quando comparados aos de Bárbara.

SD59: Val: *Dona Bárbara, eu tava precisando mesmo conversar com a senhora.*

SD60: Bárbara: *Fala.*

SD61: Val: *É que Jéssica me ligou quinta-feira.*

SD62: Bárbara: *Quem é Jéssica?*

SD63: Val: *Minha filha.*

[celular toca]

SD64: Bárbara: *Ah, sua filha.*

SD65: Val: *E a Jéssica tá querendo...*

SD66: Bárbara: [cortando a fala da empregada] *Pera aí. Só um minutinho, Val, peraí. [falando ao telefone] Alô, Leo, tudo bem? Não sei, amor. Liga pra Janaína, vê com ela, tá?*

[sai andando, e Val a segue]

Os discursos de Bárbara nas SDs 62 e 66 demonstram a falta de diálogo advinda das relações entre patroa e doméstica. Mesmo Val trabalhando há dez anos em sua casa, surge o questionamento de Bárbara sobre quem seria Jéssica, contradizendo o efeito de que Val faz parte da família, como observamos a seguir:

[Bárbara termina de falar ao telefone]

SD67: Val: *Jéssica é... Tá querendo vir pra São Paulo, pra ficar comigo.*

SD68: Bárbara: *Mentira! Que bom, Val. Que ótimo, né? O que ela vem fazer aqui?*

SD69: Val: *Vem pra prestar vestibular.*

SD70: Bárbara: *Olha! O que ela vai fazer?*

SD71: Val: *Eu não sei não senhora.*

SD72: Bárbara: *Não?*

SD73: Val: *Sei não senhora...mas eu queria ver com a senhora, se, assim, no comecinho, só no comecinho, ela não podia ficar aqui com a gente, até eu arrumar um lugar...*

SD74: Bárbara: *Oh, mulher, claro que pode! Imagina, meu amor. Poxa. Você é praticamente da família, né? Você me ajudou a cuidar do Fabinho...mas você está vendo um lugar pra vocês ficarem?*

SD75: Val: *Tô, tô assuntando quem tem um cantinho aí pra alugar, não é?*

SD76: Bárbara: *Não, eu não estou falando por nada, tá? Pode ficar aí o tempo que você precisar, tá? Não tem problema nenhum.*

SD77: Val: *Muito agradecida. Eu vou ver um colchãozinho direitinho pra botar lá no quarto, né.*

SD78: Bárbara: *Tá, compra um bem legal, tá? Compra um bom que eu faço questão de pagar. Tá? Vê quanto é que eu te dou o dinheiro. Deixa eu ir lá...*

SD79: Val: *A senhora é demais, dona Bárbara, a senhora é uma mãe pra mim.*

SD80: Bárbara: *Que mãe... Aqui, não esquece do bolo mousse, tá? Receita dupla. Beijo, amor. Tchau.*

A dificuldade em conversar com a patroa é naturalizada, uma vez que Val não demonstra qualquer tipo de indignação diante da tentativa frustrada de se fazer ouvir. Aqui, percebemos algo inerente a condição subalterna da empregada doméstica: ela tem sua fala impedida; o silêncio de Val diante de seus “superiores” é recorrente no filme. A partir disso, é possível inferir que a incorporação e reprodução da inferioridade representada pela empregada doméstica, advém da construção sócio-histórica a qual Soares e Angeli (2005) apresentam baseando-se em Gramsci:

A classe subalterna não conhece a sua trajetória histórica e como se construíram as forças hegemônicas que sedimentam ao longo dos anos o bloco histórico. A burguesia subordinou as classes através de seu domínio histórico ideológico-coercitivo e detém todos os monopólios sobre a vida social, seja no campo econômico com a acumulação do capital e exploração do trabalho; no político no qual garante e legitima os seus interesses, bem como consenso, a subordinação intelectual, cultural e moral, que implica na regulação da conduta da vida humana. (SOARES e ANGELI, 2005, p.5).

Para camuflar o efeito de submissão da empregada doméstica, Bárbara recorre ao discurso de caráter afetivo, difundido nas casas onde, assim como Val, muitas mulheres moram e trabalham (as chamadas domésticas residentes).

O dizer de Bárbara na SD74 “você é praticamente da família” – extensão de “como se fosse da família” ou “quase parte da família” - representa, segundo Teixeira (2021), uma contradição cotidiana e estrutural pois, ao mesmo tempo em que a relação envolve um clima de afetividade e proximidade, mantém as divisões hierárquicas relativas aos acessos aos espaços e às práticas dos patrões.

Ainda segundo a autora, as ambiguidades geradas pelo discurso de que a empregada é praticamente da família alimenta uma interação subordinada: “a empregada tende a ser considerada parte da família, mas sem sair da condicionante do *quase* (...) as tentativas de transformar discursivamente a empregada em pessoa da (ou quase da) família ocorrem justamente nas interações da vida cotidiana”. (TEIXEIRA, 2021, p.42).

Nas SDs 78 e 80 é possível perceber o exemplo claro de ambiguidade afetiva a qual Teixeira (2021) se refere: Bárbara mantém uma falsa relação de proximidade com Val para, em troca, deixar estabelecida as funções da doméstica dentro da casa. Ao criar laços de pertencimento com a família que trabalha, a doméstica passa a se sentir na obrigação de estar o tempo todo disponível para servir aos patrões. Jordão (2011) enfatiza sobre essa relação, que confunde o trabalho com a afetividade, também parece ter suas origens na escravidão:

As escravas tinham uma grande influência sobre a vida íntima da família dos seus senhores, obtendo regalias em relação a outros escravos. Elas passavam então a tomar lugar na família não como escravas, mas como pessoas da casa. E assim continuavam mesmo depois de alforriadas. (JORDÃO, p.102).

Nos dias atuais, embora aprovada a PEC das Domésticas pelo Senado, com propostas e tentativas de formalização deste tipo de trabalho, as relações de cunho

afetivo criadas no ambiente familiar permanecem, e segundo Ferraz (*et.al* 2017) reforçam a ideologia disseminada entre as domésticas, levando muitas vezes as empregadas a não revelarem o não cumprimento das leis trabalhistas pelos patrões, bem como a estenderem sua jornada de trabalho sem a contrapartida salarial correspondente, etc.

Desse modo, o filme nos permite observar, através dos recortes discursivos, a predominância das relações injustas e desiguais naturalizadas entre mulher empregadora e mulher doméstica, que legitimam a exploração e opressão sustentadas pelo imaginário comum que possuímos sobre a possibilidade de “ser na família sem ser da família”. (FERRAZ *et.al* 2017, p.273).

Segundo as autoras: “ser na família opera-se pela efetivação das práticas atribuídas às mulheres na sociedade patriarcal: cuidar, limpar, alimentar etc., que permite a Val ser ‘mãe’ sem ser genitora”. Assim, quando analisamos o discurso “você é praticamente da família” atestamos o que pressupõe Orlandi (2020) ao afirmar que os sentidos não estão nas palavras elas mesmas, estão aquém e além delas.

Ademais, podemos prosseguir a análise conforme a leitura de Amaral (1999) a partir das postulações de Pêcheux (1990) acerca da noção de formações discursivas:

No processo histórico-social de uma sociedade de classes podemos observar o ‘desempenho’ das formações discursivas para fazer valer ou fortalecer uma dada formação ideológica, seja do ponto de vista do capital, seja do ponto de vista do trabalho. Os interesses antagônicos das classes permitem aos sujeitos assumir posições divergentes, posicionar-se através das formações discursivas. Por isso, reconhecemos essas formações discursivas como processos de constituição, que permitem ao sujeito assumir um lugar na sociedade, posicionar-se no embate ideológico. (AMARAL, p.39).

No momento em que o sujeito expressa suas ideias, elas já estão, a priori, imbricadas nas formas ideológicas que perpassam a posição desse sujeito na sociedade. Conforme Amaral (1999, p.39) os sujeitos “empregam palavras e expressões marcadas pela posição que assumem frente à diversidade política e ideológica, que estão em permanente confronto na sociedade”.

Nesse sentido, os discursos analisados deixam claro que o ser doméstica é estar num lugar de inferioridade na estrutura das relações sociais no trabalho doméstico, e isso não surge por acaso. Referente a este fato, Ferraz (*et.al* 2017, p. 274) dizem que:

A inferioridade desse trabalho é exacerbada numa sociedade em que o capital instituiu-se sem a necessidade de romper com todos os valores da época precedente, ou seja, sem a necessidade de superar os valores escravistas. Assim, o subalterno não vê no comprador de sua força de trabalho apenas seu patrão, mas, também, seu senhor. A hierarquização social continua sendo naturalizada pela demarcação dos espaços, e a inferioridade da trabalhadora é estabelecida em uma relação afetiva em que a doméstica precisa pedir permissão para ser objeto de atenção. Como objeto de menor estima, sua subjetividade é produzida como ser inferior cujos direitos lhe são restritos – vide a aprovação das leis trabalhistas para a trabalhadora doméstica levar mais de um século para ser efetivada.

Soma-se a condição subalterna de Val, o fato dela ser migrante nordestina, que sai de sua cidade, no interior, em busca de melhores condições de vida na grande metrópole. Esse também é um aspecto histórico que não pode ser deixado de lado quando analisamos os fatores que agravam a subalternidade das mulheres trabalhadoras domésticas, as quais submetem-se às intensas práticas de exploração em razão do pertencimento a grupos minoritários do país.

Dessa maneira, a obrigação de retribuir a “proteção” e a moradia oferecida pelos patrões faz com que o ideário ideológico de “ser na família sem ser da família” (Ferraz *et.al*, 2017) seja perpassado de geração em geração, sem ser questionado pelas trabalhadoras.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Mediante o aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, do qual mobilizamos os recortes teóricos sobre condições de produção e projeções imaginárias, este estudo alcançou o objetivo ao qual se propôs. Sustentado inicialmente à problematização: *Que Projeções imaginário simbólicas podem ser percebidas nas relações estabelecidas no trabalho doméstico entre patrão e empregada?* foi possível analisar, por meio dos enunciados extraídos do filme *Que Horas Ela Volta?* as representações simbólico-imaginárias que perpassam a ocupação da empregada doméstica.

Com isso, constatamos a hipótese inicial de que as projeções cristalizadas no imaginário social a partir da relação patrão/empregada são subalternizadas, ainda presas à colonialidade. As análises desenvolvidas suscitam questões pertinentes, principalmente no tocante às sequências discursivas que pertencem à Val, sua representação como trabalhadora doméstica, submissa às relações de poder, faz com que a associação de algumas características do contexto da escravidão seja reforçada.

A função doméstica surge meio à exploração do período de pós-abolição, onde mulheres negras escravizadas, jogadas à própria sorte, desprotegidas socialmente e com poucas qualificações mantinham relações de trabalho com seus antigos senhores se confinado àquela vida. Os laços construídos entre *criadas* e senhores sustentavam-se em nada menos do que no cumprimento dos afazeres domésticos, e nos cuidados com seus filhos. No imaginário da escravizada doméstica, criava-se um elo de dependência em relação à família para qual prestava serviço resultando-se disso, a submissão ao trabalho doméstico sem qualquer tipo de remuneração.

Nos dias atuais, as mulheres, em sua grande maioria, mulheres negras e de baixa renda formam o protagonismo da categoria do emprego doméstico em nosso país. Os expressivos números revelam que esta forma de ocupação sobressai como alternativa laboral, no entanto, a não equiparação remuneratória ainda persiste, impossibilitando o avanço na superação de desigualdades históricas. A representação dessas mulheres na teledramaturgia ou nos meios midiáticos em geral, é comumente estereotipada, reduzindo-a em pessoa que lida com os afazeres da casa, se submetendo as mais delicadas tarefas, mas desvalorizada como trabalhadora. Assim,

a partir da discussão levantada, ficou evidente que a imagem resultante das relações entre patroa/empregada carrega um estigma de inferioridade ainda presas à herança deixada pelo período escravagista.

As discursividade evidenciam ainda, a relação de exploração, camuflada pelos aspectos de afetividade e proximidade, estes últimos servem para construir a ideia de servidão como forma de agradecimento às “boas ações” dos empregadores. Essa identificação com o opressor a ponto de tornar os objetivos do patrão os seus próprios, representa uma continuidade do escravo doméstico, que abdicava de ter interesses próprios para satisfazer os desejos e as necessidades de seus senhores.

Investigar as condições sócio-históricas do discurso relacionados ao trabalho doméstico, fez com que identificássemos nos dizeres da patroa e da doméstica, as contradições presentes na estrutura das relações de poder. Desse modo, desenvolvemos uma análise discursiva em que foram observados, não só os discursos fechados em si, mas o percurso que eles se articulam para construir o sentido projetado pela representação.

Importa ressaltar que as discussões sobre o trabalho na sociedade atual, nos coloca frente a complexidade de questões em torno da temática, fundamentais para entender o processo de divisão sexual e social do trabalho. Elas permitem com que reflitamos acerca das determinações patriarcais as quais se submetem a categoria do trabalho doméstico. Portanto, à vista do que se objetivou este estudo, inferimos que as representações projetadas sobre a empregada doméstica e a reprodução das ideias hegemônicas presentes em seu discurso, não só cria uma imagem subalternizada, como também contribuem para a manutenção das desigualdades ao reforçar um pensamento preconceituoso e excludente.

Esta pesquisa é apenas um passo inicial para compreendermos as representações imaginário-simbólicas acerca da empregada doméstica. É imprescindível que haja mais produções destinadas à temática, por isso, as considerações não se findam aqui. Desse modo, visando contribuir e abrir possibilidades para debates e reflexões no campo das Ciências Humanas e Sociais, este estudo mostra as relações injustas construídas no convívio laboral, ao mesmo tempo que vai na contramão dos discursos dominantes que subordinam e silenciam as mulheres trabalhadoras domésticas, na tentativa de dificultar sua visibilidade e, conseqüentemente, o avanço na conquista por direitos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M.V.B. Análise do discurso: língua história e ideologia. **Leitura**, Maceió, v. 1, n.23, p.25-46, 2019. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7593>> Acesso em: 12 de fev. 2023.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed., 10reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP. Boitempo, 2009.

ARAÚJO, E.C.J. de. Discurso, migração e cinema. **Revista da ABRALIN**, v.20, n. 3, p.173-199, 2021. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1952>> Acesso em: 18 fev. 2023.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 18 fev. 2023.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – UnB, Brasília, 2007.

BRITES, Jurema Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cadernos de Pesquisa**, v.43, n.149 p.422-451 maio/ago. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/PFk9XcQfLkjkns9TKBny8sb/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 13 out. 2022.

_____. Afeto e Desigualdade: Gênero, Geração e Classe entre Empregadas Domésticas e seus Empregadores. 2007. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 29: 91-109. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000200005>> Acesso em: 13 out. 2022.

CORREIA, K; Fonseca, T. Pêcheux entre o sujeito da interpelação e o do inconsciente ou duas saídas para uma mesma questão. **Analytica**, São João Del-Rei, v.7, n.13, jul/dez. 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/analytica/v7n13/09.pdf>> Acesso em: 12 de jan. 2023.

FERRAZ, D. L. da S. *et al.* Ideologia, subjetividade e afetividade nas relações de trabalho: análise do filme ‘Que Horas Ela Volta?’ **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 4, n. 1, p. 252-278, jun.2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321197290_Ideologia_subjetividade_e_afetividade_nas_Relacoes_de_trabalho_analise_do_filme_Que_horas_ela_volta> Acesso em: 15 jan. 2023.

GADET, F et. al. Apresentação da conjuntura em Linguística, em Psicanálise e em Informática Aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: F. GADET. e T. HAK (órgs). **Por uma Análise Automática do discurso**. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

HENRY, P. A. Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux (1969). In: F. GADET. e T. HAK (órgs). **Por uma Análise Automática do discurso**. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA – IPEA, Comunicado n.90: situação atual das trabalhadoras domésticas no país. **Comunicados do Ipea**, 5 mai. 2011.

Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5235/1/Comunicados_n90_Situa%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 12 jan. 2023.

JORDÃO, Janaína Vieira de Paula. Trabalhadoras domésticas: representação midiática e identidade. **Rev. Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 99-108, jan./jun. 2011. Disponível em:

<<https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/15685/9888>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

MACHADO, L. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/224-1.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2023.

NARZETTI, Claudiana N.P. Relações entre a Análise do Discurso e a Ciência da História. **Revista do GEL**, S. J. do Rio Preto, v. 4, n. 2, p.23-42, 2007. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br>> Acesso em: 19 jan. 2023.

OIT Brasil. Mais trabalho decente para trabalhadoras e trabalhadores domésticos no Brasil. **Nota técnica da OIT Brasil sobre trabalhadores domésticos**, Brasília, 25 abr. 2008. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>> Acesso em: 10 jan.2023.

OIT Brasil. Dez anos depois, as trabalhadoras domésticas continuam lutando por igualdade e trabalho decente. Trabalho doméstico-**Convenção, N° 189**. Brasília, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_803108/lang--pt/index.htm> Acesso em: 10 fev. 2022.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13° ed. Pontes Editores, Campinas, São Paulo. 2020.

PALUDETTO, D. H. Silva. Discursos da mídia sobre a Legislação do Trabalho Doméstico no Brasil. **Tese** (Doutorado em Linguística) – Ufscar, São Carlos. 2017

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso** (AAD69). In: In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3° ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. 4° ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; LÉDA, Denise Bessa. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, pp.76-83, v.4, n.2, 2° semestre de 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000300006&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 27 de nov. 2022.

SCOTTA, Larissa. A Semântica proposta por Michel Pêcheux: uma ruptura nas bases da Linguística. **Rev. Ideias**, UFSM-RS., n.21 - Jan/Jun 2005: 8-14. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistaideias/Artigos%20rev%2021%20em%20PDF/a%20semantica%20proposta%20por%20michel.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SILVA, M. A. S. Mendes. e. Sobre a Análise do Discurso. **Rev. De Psicologia da UNESP**, v. 4, FATEC, Ourinhos-SP. 2005. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/psi-53290>. Acesso em: 03 jan.2023.

SILVA, D. F da; LORETO, M. das D.S. de; BIFANO, A. C.S. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 17, p. 409-438, jan-jun. 2017. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/3052/1943>> Acesso em: 15 nov. 2021.

SOARES, N. R; ANGELI, J.M. A questão da classe subalterna na sociedade brasileira. **GEPAL**, UEL, Londrina-Paraná. 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/nadiasoaresroqueejojosemarioangeli.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2023.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**: Da escravidão à Bolsonaro. São Paulo, 2017.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho Doméstico**. São Paulo, 2021.

TELLES, Sérgio. Psicanálise em debate: Considerações sobre “Que Horas Ela Volta” de Anna Muylaert. **Psychiatry on line Brasil**, v. 21, n.8, ago.2016. Disponível em: <<https://www.polbr.med.br/ano16/psi0816.php>> Acesso em: 17 nov. 2022.

THIRY-CHERQUES, H. R. O Primeiro Estruturalismo: Método de Pesquisa para as Ciências da Gestão. **Revista de Administração Contemporânea**, RAC, Rio de Janeiro-RJ, v.10, n 2, Abr./Jun. 2006: 137-156. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262706220_O_primeiro_estruturalismo_metodo_de_pesquisa_para_as_ciencias_da_gestao>. Acesso em: 15 nov.2021.

TFOUNI, L.V.; PANTONI, R. V. Sobre a ideologia e o efeito de evidência na teoria da análise do discurso francesa. **Trabalho apresentado na II Conferência Internacional** “La Obra de Carlos Marx y los desafios del siglo XXI”, realizada em Havana, Cuba, maio de 2004. Disponível em: <achegas.net/numero/vinteecinco/leda_e_rosa_25.htm> Acesso em: 10. jan. 2023

VALERIANO, M.M. Elas são quase da família - trabalho, identidade e trajetórias de domésticas residentes, **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11417/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Marta%20Maria%20Valeriano%20-%202017.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2023.

Filmografia

QUE HORAS ELA VOLTA? Direção: Anna Muylaert. São Paulo: África filmes, 2015. DVD (144 min).